



### AO PREGOEIRO RESPONSÁVEL PELO PREGÃO ELETRÔNICO 001.14.08.2024-SEMED, DO MUNICÍPIO DE RUSSAS

RORIZ COMERCIO E IMPORTACAO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ n° 08.979.527/0001-11, com sede na Avenida do Líbano, 663, quadra 47, lote 01, em Goiânia/GO, por seus procuradores, vem à presença de Vossa Senhoria, apresentar

### **IMPUGNAÇÃO**

face ao **pregão eletrônico 001.14.08.2024-SEMED**, consoante aos motivos de fato e direito a seguir expostos.

### 1. DA INADEQUAÇÃO DO PRAZO DE ENTREGA DE AMOSTRAS – SUBSTITUIÇÃO POR CATÁLOGOS

O Edital, no item 9, fixa o prazo exíguo de 5 dias úteis para que a licitante vencedora entregue sua amostra:

#### 9. DAS AMOSTRAS

O licitante provisoriamente declarado vencedor DEVERÁ APRESENTAR AMOSTRAS DE TODOS OS ITENS QUE EXIGEM BAGS ACOLCHOADAS COM LOGOMARCA DO MUNICÍPIO (logomarca em anexo)conforme especificação contida neste Termo de Referência. A apresentação da amostra por parte da licitante provisoriamente declarada vencedora deverá ser realizada em até 05 (CINCO) DIAS ÚTEIS a contar da solicitação do(a) Agente de Contratação, a ser entregue diretamente na sede da Secretaria contratante, no horário de 08h00 às 12h00min.

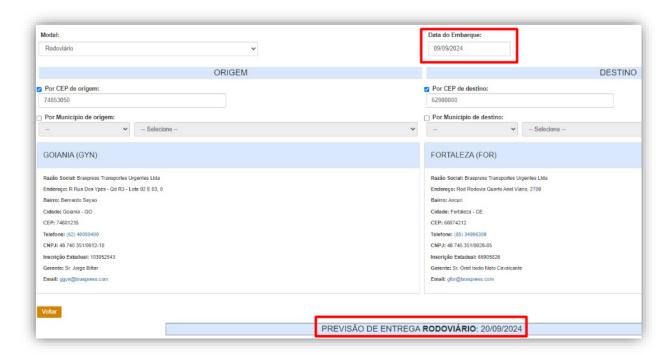
O prazo é insuficiente e inadequado às práticas e necessidades do

## CARVALHO NEVES ADVOGADOS ASSOCIADOS



mercado. Não foi considerada toda a logística e trâmites internos necessários para qualquer empresa ao despachar o produto, mormente para aquelas que estão mais distante da sede do Município licitante.

Em cotação realizada para um embarque a ser realizado no dia 09/09, entre a sede da ora impugnante e o ente destinatário, a previsão de entrega é o dia 20/09/2024, ou seja, 9 dias úteis somente para o transporte, sem considerar os outros procedimentos necessários. Veja-se:



Apesar de ser discricionária a fixação de prazo de entrega, a Administração deve observar, obrigatoriamente, os parâmetros do mercado e, também, respeitar a competitividade, estabelecendo período razoável para que o maior número de empresas de localidades distintas participe.

O art. 40, I, da Lei 14.133/2021, delimita que as compras realizadas pelo Poder Público devem estar alinhadas com as condições do setor privado:

Art. 40. O planejamento de compras deverá considerar a expectativa de consumo anual e observar o seguinte:

I - condições de aquisição e pagamento semelhantes às do setor privado;

Não foram respeitadas as práticas do mercado privado, pois 05 dias úteis para todo o processo de entrega é um prazo exíguo, se consideradas

## CARVALHO NEVES



empresas em outros estados. Só serão beneficiados fornecedores mais próximos.

Empresas distantes, com fornecedores em outras localidades, não estariam aptas a entregar no citado prazo, o que configura violação ao art. 9°, I, "a" da Lei 14.133/2021. **Isso viola a isonomia e a competitividade.** 

O TCE-MG reconhece a violação da competitividade, quando se estabelece prazo exíguo de entrega:

DENÚNCIA. PREFEITURA MUNICIPAL. PREGÃO. AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO. PRAZO EXÍGUO PARA ENTREGA DOS PRODUTOS. AUSÊNCIA DE PLANILHAS DE QUANTITATIVOS E PRECOS UNITÁRIOS. DIVERGÊNCIA ENTRE O INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO E O CONTRATO FIRMADO. IRREGULARIDADES. PROCEDÊNCIA PARCIAL DA DENÚNCIA. APLICAÇÃO DE MULTAS AOS RESPONSÁVEIS. RECOMENDAÇÕES. 1. A EXIGÊNCIA DE PRAZO EXÍGUO PARA A ENTREGA DOS PRODUTOS RESTRINGE O CARÁTER **COMPETITIVO** DO CERTAME, INVIABILIZAR A PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS QUE NÃO ESTEJAM SEDIADAS NO MUNICÍPIO, ALÉM DE DENOTAR AUSÊNCIA  $\mathbf{DE}$ **PLANEJAMENTO** PREFEITURA. 0 **QUE LEVA** À **ADOCÃO** DE PROCEDIMENTOS EMERGENCIAIS, SEM OBSERVÂNCIA DOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS E BÁSICOS DA LICITAÇÃO. [...] (TCE-MG - DEN: 912078, Relator: CONS. SUBST. HAMILTON COELHO, Data de Julgamento: 20/09/2016, Data de Publicação: 30/06/2017)

O prazo de entrega de amostras é ainda mais restritivo e incoerente, quando se compara com o prazo de entrega da execução contratual, que é de 30 dias corridos:

#### 11. DO MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

Os produtos solicitados deverão ser fornecidos e entregues no local indicado pela Secretaria contratante conforme demanda, no prazo máximo de 30 (TRINTA) DIAS CORRIDOS após a expedição das autorizações/ordens de compra/fornecimento, observando rigorosamente as especificações contidas neste Termo de Referência, que integrará o instrumento convocatório (edital) do certame licitatório.

Portanto, há duas condutas possíveis, na seguinte ordem:

1) Para imprimir celeridade no processo de contratação e evitar a necessidade de elastecer a entrega das amostras, **requer-se seja** 

# CARVALHO NEVES ADVOGADOS ASSOCIADOS



substituída por entrega de catálogos, pois se trata de instrumentos que podem ter todas suas características descritas documentalmente, dispensando amostras físicas, conforme dispõe Justen Filho<sup>1</sup>. Além disso, não se criará despesas às empresas antes da contratação, respeitando-se a Súmula 272 do TCU. O próprio edital justifica a exigências de amostras para confirmar a equivalência do item às especificações, o que pode ser atendido pelo catálogo. Veja-se:

A análise das amostras tem o objetivo de verificar a equivalência do item ofertado com as especificações solicitadas.

2) Subsidiariamente, que seja fixado, para as amostras, o mesmo prazo de entrega de 30 dias corridos. Ou, no mínimo, considerando a previsão de entrega já cotada, o que seja retificado a entrega de amostras para 10 dias úteis, o que possibilitará a ampliação dos potenciais fornecedores e contribuirá para a competitividade, evitando descumprimentos contratuais posteriores.

#### 2. DOS PEDIDOS

Por todo o exposto, requer-se o conhecimento e o recebimento dessa impugnação, com o fim de substituir a etapa de amostras pela entrega de catálogos. Subsidiariamente, que seja fixado, para as amostras, o mesmo prazo de entrega de 30 dias corridos. Ou, no mínimo, considerando a previsão de entrega já cotada, o que seja retificado a entrega de amostras para 10 dias úteis.

<sup>&</sup>lt;sup>1</sup> Comentários à Lei de Licitações e Contratações Administrativas / Marçal Justen Filho. – 2. Ed. – ver., atual. e ampl. – São Paulo : Thomson Reuters Brasil, 2023, p. 566.





Caso os pedidos não sejam atendidos, apresentada representação ao TCE e MP para aplicação de medidas cabíveis.

Nesses termos, pede e espera deferimento.

Londrina, dia 13 de setembro de 2024.

### RORIZ COMERCIO E IMPORTACAO LTDA

Rafael Carvalho Neves dos Santos OAB/PR nº 66.933 Wellington Garcia OAB/PR 108.912